Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Barros, Manuel Agostinho, 1980-

África entre crises e a oportunidade de reposicionar-se no sistema internacional

http://hdl.handle.net/11067/6013
https://doi.org/10.34628/fx7t-gb83

Metadados

Data de Publicação 2019

Resumo As tentativas de afirmação política e económica da África no sistema internacional remonta da década de 60 do século XX, altura em que maior parte dos seus Estados alcançaram as suas independências. O período coincide com a criação da Organização de Unidade Africana (OUA), hoje União Africana (UA), em 25 de Maio de 1963, data que passou a ser celebrada como dia da África. Passados metade do século (57 anos), o esforço de construção de uma África próspera e pacificada tem sido dificultada por um ...

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] LPIS, n. 17-18 (2019)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T14:38:25Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

ÁFRICA ENTRE CRISES E A OPORTUNIDADE DE REPOSICIONAR-SE NO SISTEMA INTERNACIONAL

Manuel Agostinho Barros
Docente da Universidade Lusíada de Angola (Cabinda)
manuelbarrosbr@yahoo.com.br

Resumo: As tentativas de afirmação política e económica da África no sistema internacional remonta da década de 60 do século XX, altura em que maior parte dos seus Estados alcançaram as suas independências. O período coincide com a criação da Organização de Unidade Africana (OUA), hoje União Africana (UA), em 25 de Maio de 1963, data que passou a ser celebrada como dia da África. Passados metade do século (57 anos), o esforço de construção de uma África próspera e pacificada tem sido dificultada por um conjunto de entraves. Este quadro tem relegado ao segundo plano o papel do continente no contexto global, mas também contribuido para a imagem negativa que é atribuida a África. É bem verdade que o continente está cheio de desafios, contudo é também de imensas oportunidades.

É em função disso que o presente artigo procura fazer um breve balanço da África a partir dos finais da década de 1990 através de duas dinâmicas, a saber: a sócioeconómica, e a política – segurança. Pretende-se com isso ilustrar entre várias, algumas das razões na base da sua vulnerabilidade e fraqueza, e a partir delas identificar oportunidades que possam contribuir para o seu reposicionamento internacional, o que é do interesse tanto da África, como do resto do mundo devido as suas potencialidades e localização geográfica.

Palavras-chave: África; Política; Economia e segurança.

Abstract: Africa's attempts at political and economic affirmation in the international system date back to the 1960s of the 20th century, when most of its states became independents. The period coincides with the foundation of the Organization of African Unity (OAU), today the African Union (AU), on 25th May 1963, a date that is now celebrated as Africa Day. Half a century later (57 years), the effort to build a prosperous and peaceful Africa has been hampered by several obstacles. This scenario has relegated to the background the role of the continent in the global context, but also contributed to the negative image that is attributed to Africa. It is true that the continent is full of challenges, but it is also of vast opportunities.

Based on that this article seeks to take a brief look at Africa from the end of the 1990s through two dynamics, namely: socio-economic, and political and security. It is intended to illustrate among several, some of the reasons for its vulnerability and weakness, and from them to identify opportunities that can contribute to its international repositioning, which is of interest to both Africa

and the rest of the world due to its potential and geographic location.

Keyword: Africa; Politics; Economy and security.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Afdb – African Development Bank (Banco Africano de Desenvolvimento)
CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNN – Cable News Network
Covid-19 – Doênça de Coronavirus
EUA – Estados Unidos de América
IMF – International Monetary Fund (Fundo Monetário Internacional)
OUA –Organização de Unidade Africana
OECD – Organization for Cooperation and Economic Development (Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Económico)
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB – Produto Interno Bruto
RCA – República Centro Africana
RDC – República Democrática do Congo
UA – União Africana
UN – United Nations (Organização das Nações Unidas – ONU)
UNIDO – United Nations Industrial Development Organization (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial)
USD – US Dolar (Dólar dos Estados Unidos de América)
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1. África – breve preâmbulo

África, o terceiro maior continente do mundo em extensão geográfica, compreende uma superfície terreste estimada em 30,2 milhões de km^2 e uma . população de 1,2 biliões de habitantes (est.2016), equivalente a 14 por cento da população mundial. É formada por 54 países independentes, sendo o Sudão do Sul, o mais recente. A sua exclusividade entre os continentes deve-se ao seu mosáico diversificado de recursos naturais estratégicos, tanto mineirais, tanto hídricos, como florestais (ex. Maiombe) onde se destacam o petróleo e gás natural, diamentes, urânio, ouro, coltan, cobre, zinco, prata, etc.

É em função deste potencial, mas também da sua localização (entre o oceano atlântico e o índico) que elevada a sua importância estratégica no contexto internacional, tornando-a por décadas num palco de clivagens de interesses entre as potências mundiais, com consequências negativas para sua segurança e desen-

volvimento.

É importante também salientar que o continente africano é berço de grandes reservas hídricas, nomeadamente o rio Nilo e o Congo (ex-Zaire), ambos com com imenso potencial de geração de energia hidroeléctrica, mas também para o desenvolvimento da agricultura. No caso específico do rio Congo, estão localizadas duas macro-estruturas, a saber: as barragens do Inga I e II, com capacidade combinada de 1775 Mega Watts de electricidade. No futuro espera-se efectivar o projecto de expansão do Inga III. Estas estruturas pelas capacidades de produção de energia eléctrica são de extrema importância no âmbito da política energética continental para cobrir o défice que África se confronta para sustentar o processo de industrialização.

Devido ao fraco tecido industrial, a participação da África no mercado global limita-se a fornecedor de matérias primas com menos valor agregado, com destaque ao petróleo e o gás natural exportados na sua generalidade a partir do Golfo da Guiné, nomeadamente Angola, Nigéria, Camarões, Gabão, Congo Brazaville, Guiné Equatorial e Chade, que são importantes *players* do mercado mundial na maioria como membros do cartel da OPEP.

2. África – desafios do século XXI

2.1 Desafios sócioeconómicos – a problemática da pobreza e da dependência externa

Paradoxalmente, a África apesar do seu imenso potencial ainda é caracterizada pela pobreza multidimensional. As várias estatísticas internacionais apontam negativamente para essa direcção. Dissipado metade do século, partindo de 1963, data da criação da OUA, e período da "emancipação política" de grande maioria dos seus países, os desafios de desenvolvimento e estabilidade social persistem. Afinal de contas o que está mal?

As causas do empobrecimento e subdesenvolvimento da África são transversais. É uma questão que gera controvérsias e debates entre académicos de diferentes quadrões. É bem verdade que o seu passado, particularmente o período colonial terá contribuido para sua degradação e atraso, porém, o argumento perde validade temporal na medida que muitos dos problemas que se confronta resultam de factores puramente endógenos. Pois no período pós-colonial, a riqueza da África, em vez de alterar o *modus vivendi* dos autótones como era expectativa aquando das revoluções anti-colonialistas, revelou ser um fiásco.

A nova burguesia elitista africana, movida de interesses ocultos e egoísta sobrepós-se aos interesses da maioria dos concidadãos, transferindo para regiões extra-continental volumes incalculáveis de capitais retirados do erário público

em detrimento dos seus povos. Isso representa uma clara falta de sentido patriótico de alguns estadistas africanos. Por ironia dos factos, parte desses capitais passaram a beneficiar mais as antigas potências coloniais que se esforçaram com muito sacrifício a combater para autodeterminação dos seus territórios.

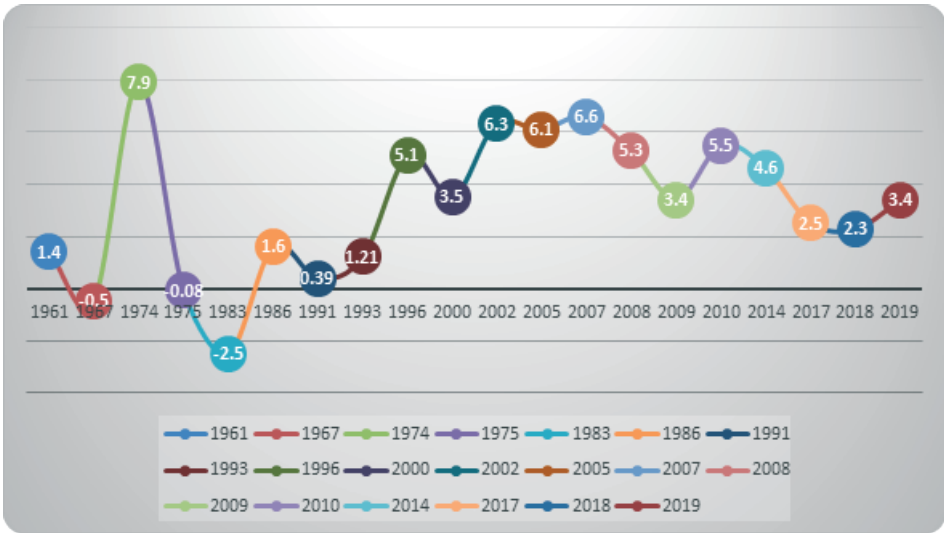
Durante a Guerra Fria grande parte dos recém emancipados países passaram participar soberanamente no contexto das nações independentes, o que permitiu-os estabelecer um conjunto de relações bi e multilaterais dentro das instituições internacionais, quer regionais, quer continentais, como universais. Com o fim da Guerra Fria em 1989, esperava-se que a África alcançaria a estabilidade sócio-económica e política ao deixar de ser palco das disputas ideológicas e guerras por delegação como sucedeu na África Austral e Corno de África, como consequência das disputas entre o bloco ocidental liderada pelos EUA e o bloco do leste, liderada pela ex-URSS. Na verdade a situação representou uma oportunidade para o reposicionamento do continente no sistema internacional, mas infelizmente não aconteceu.

Após as independências a maioria dos Estados africanos ainda continuava refém da estrutura económica e industrial herdada das antigas potências coloniais. Esse fardo levou-os a permanecer por muito tempo numa órbita de relações comerciais desvantajosas. Para agravar a situação, parte do tecido industrial remanescente da colonização foi destruida pelas divergências internas que resultaram em prolongados conflitos e cíclos de crises.

No período entre 1970 e 1980 as economias africanas experimentaram períodos menos agradáveis em função da depreciação dos preços de matérias primas de exportação, uma situação que terá contribuido para o sobreendividamento dos Estados, cujos efeitos perduram até ao presente. Porém, depois de anos de estagnação, os finais da década de 1990 marcou uma "reviravolta" no quadro macroeconómico da África (Veja-se o grafico # 1). Esta alteração nas taxas de crescimento deveu-se sobretudo ao aumento da procura mundial pelos recursos naturais (factores exógenos), mas também de um conjunto de reformas económicas e políticas implementadas dentro dos países africanos (factores endógenos).

Entre os factores externos (dinâmicas internacionais) que terão impulsionado as taxas de crescimento no continente africano destaca-se a emergência económica da China que contribui para o aumento da demanda mundial de recursos como o petróleo, uma *commodity* estratégico para segurança energética. É neste sentido que se assiste uma presença renovada da China em África desde os finais de 1990, numa estratégia baseada em linhas de créditos cujas garantias estão indexadas os principais recursos do continente, desde os hidrocarbonetos aos metais preciosos. Estima-se que entre 2000 e 2018 a China terá concedido a África empréstimos avaliados em 140 biliões de USD (CNN, 2020). Por falta de transparência, parte destes fundos destinados a investimentos públicos em infra-estruturas teve aplicações ocultas.

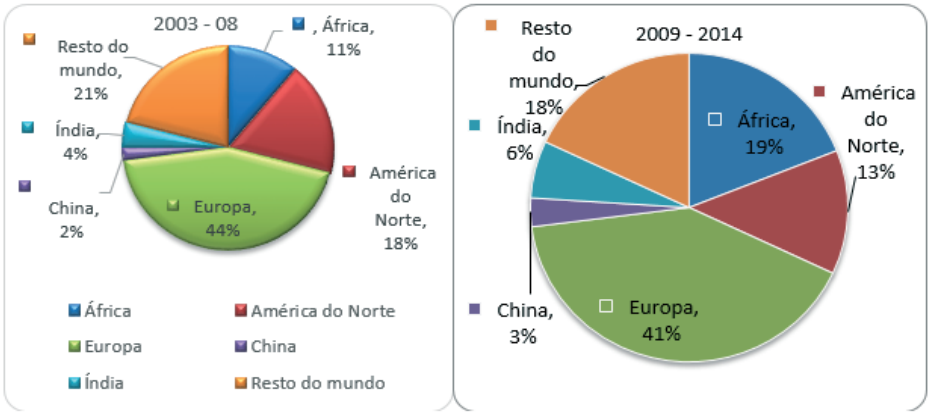
Gráfico 1: África Subsariana crescimento do PIB (anual em %) 1961- 2019



Fonte: World Bank, 2020

Entre 2008 e 2013 os países como Angola, Guiné Equatorial e Congo Brazaville experimentaram níveis de crescimento económicos históricos, 18 e 20 por centos, impulsionados pelos altos preços praticados no mercado global do petróleo que oscilavam entre os 90 e 110 USD por barril (Barros, 2017, p.106). Em 2014 os investimentos financeiros externos em África chegaram aos 181 biliões de USD. O principal sector de atracção destes investimentos foi o petrolífero, por razões atrás mencionadas.

Figura 1 & 2 - África – fonte dos investimentos entre 2003 – 14 (em %)



Fonte: African Economic Outlook, 2015

Antes da Covid-19 as expectativas da taxa de crescimento para 2020 era de 3,9 por cento, contudo longe dos níveis históricos (Afdb, 2020, p.4).

Quadro 1: África Subsariana PIB (em USD) 1971-2018

Ano	PIB (em USD)
1971	65,479 biliões
1989	301,759 biliões
1999	373,501 biliões
2002	413,776 biliões
2005	766,948 biliões
2006	911,549 biliões
2009	1,153 triliões
2010	1,374 triliões
2011	1,556 triliões
2014	1,834 triliões
2018	1,714 triliões

Fonte: World Bank, 2020

Como ilustrado, as últimas décadas em África foi caracterizada por um panorama macroeconómico com tendência positiva. Isso demonstra oportunidades económicas do continente, mas ofuscado pelos enormes desafios que se confron-

ta. Embora ter-se experimentado níveis elevados de crescimento económico, estes números foram insuficientes para acelerar o progresso económico e social, e a redução da pobreza (não se traduziu nas mudanças estruturais e nos padrões de vida da população). Por exemplo, entre 2018 e 2019 o crescimento representou apenas 0,7 por cento em termos de PIB per capita, isto é, 1,900 USD, quando noutras regiões como Ásia e América Latina foi de 21,700 e 12,000 USD respectivamente (OECD, 2019; UN, 2019). Os sectores como agricultura, educação e saúde, vitais para o desenvolvimento beneficiaram pouco dos investimentos financeiros.

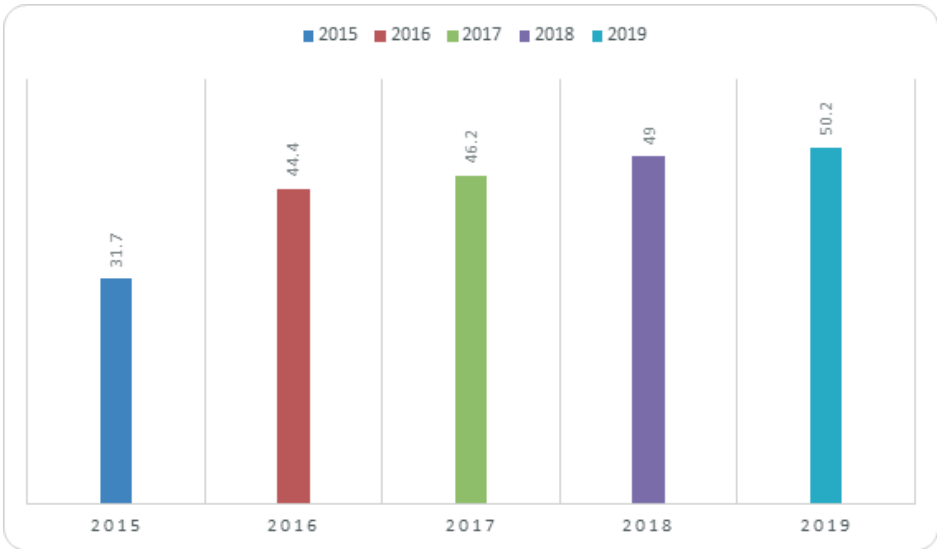
Gráfico 2: África Subsariana – crescimento do PIB vs PIB per capita (em %)

	2016	2017	2018
PIB	1.6	3.4	3.2
PIB per capita	-0.9	0.8	0.6

Fonte: UN, 2019

Para além disso, mesmo com significativos rendimentos provenientes da exportação de recursos naturais e de tributação não puderam evitar o recurso a empréstimos externos. Os níveis da dívida pública tendem a subir, aumentando o risco de insustentabilidade. O crescimento económico ao não ter sido capaz de gerar novas oportunidades de emprego a quase 29 milhões de jovens que atingem a idade laboral por ano (OECD, 2019), o aumento exponencial das taxas de crescimento populacional gerou desequilíbrios sociais, elevando as assimetrias (pobreza e desigualdades). Cerca de 640 milhões de habitantes do continente estão desprovidos de electricidade, e quase 210 milhões encontram-se em zonas consideradas de risco (zonas de conflitos).

Gráfico 3: África Subsariana crescimento da dívida dos Estados em % do PIB entre 2015-2019



Fonte: IMF, 2019

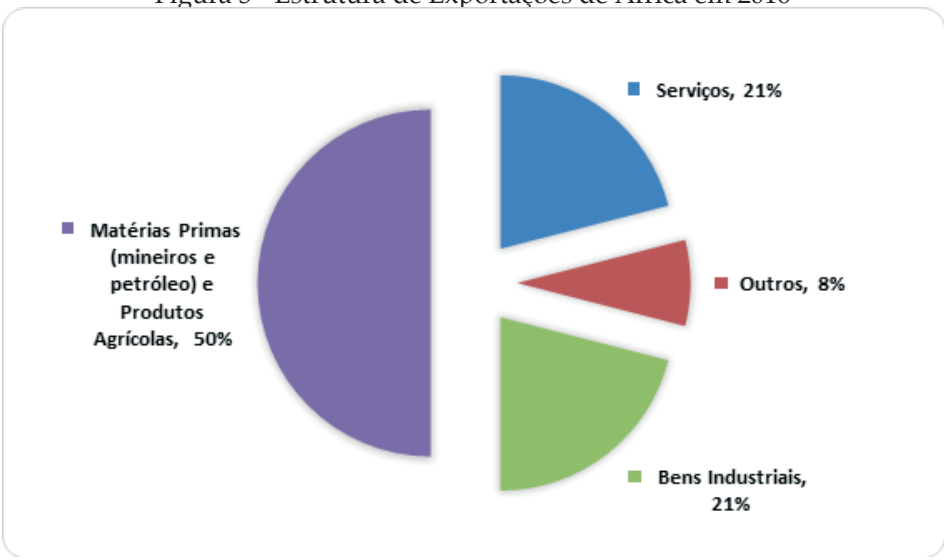
Para suportar o argumento, pode-se tomar como exemplo a Nigéria, uma das maiores economias e maior produtor de hidrocarbonetos da África Subsariana as assimetrias entre ricos e pobres são acentuadas. Segundo o relatório publicado pelo governo deste país africano em 28 de Maio de 2020 sobre pobreza e desigualdades aponta para existência de 40 por cento da sua população (83 milhões) a viver no limiar da pobreza, 1,04 USD por dia (381,75 USD por ano) (World Bank, 2020a).

Como se pode notar, o crescimento económico não tem sido inclusivo. A corrupção, o desvio do erário público necessário para novos investimentos e a má gestão de receitas tem influenciado no aumento do fosso entre ricos e pobres, coabitando em regiões, onde a classe média em alguns casos é quase inexistente. Isto é notório entre as regiões rurais e centros urbanos, o que está na origem da invasão urbana (sobrepovoamento das cidades) mal equipadas para acolher o êxodo da população rural que procura nas metrópoles oportunidades económicas e sociais de subsistência. Porém, longe da realização de tais desígnios, parte desta população rural encontra refúgio no mundo do crime e da prostituição, refletindo nos níveis de tensão e instabilidade social, em clara ameaça a segurança dos Estados.

Para agravar a situação, a crise da pandemia da Covid-19 teve um impacto negativo no tecido económico dos países africanos. Essas economias são maio-

ritariamente dependentes de exportação de matérias primas (veja-se a figura 3) cujos preços foram grandemente afetados, com destaque ao petróleo que experimentou níveis mais baixos da sua história, o *WTI* por exemplo atingiu valores negativos (- 2,5 USD), ou o *brent* comercializado a 25 USD em 2020. A situação provocou também o aumento dos preços de bens de primeira necessidade, reduzindo o poder de compra da população que na sua maioria está ligada a economia informal.

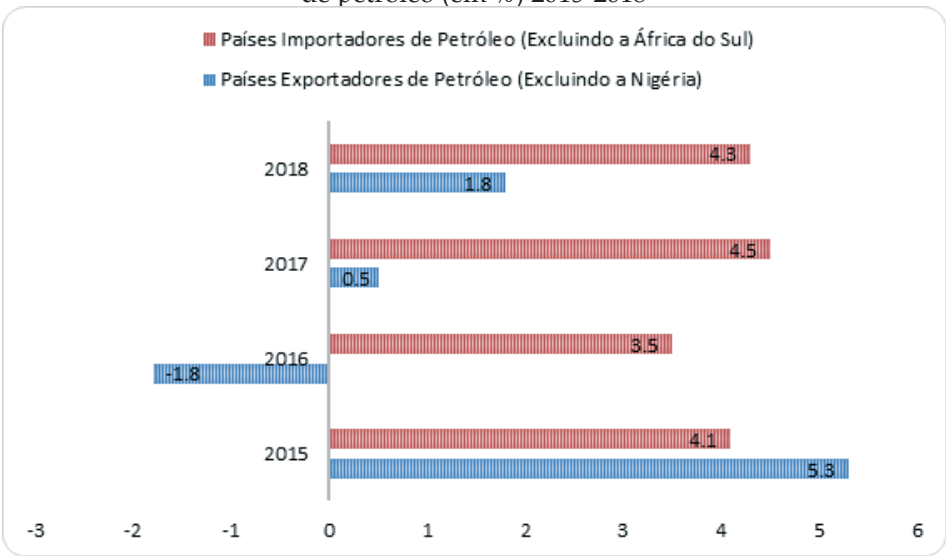
Figura 3 - Estrutura de Exportações de África em 2016



Fonte:UN, 2019

A pandemia poderá causar para os governos dos Estados africanos constrangimentos financeiros avultados. Estimam-se que as perdas rondam entre os 37 e 79 biliões de USD (World Bank, 2020b; UNIDO, 2020) o que incidirá negativamente no desenvolvimento de vários projectos e sectores essenciais, nomeadamente a agricultura, transportes e logística, sem descartar o corte de postos de trabalho.

Gráfico 4: África – variação do PIB países exportadores vs países importadores de petróleo (em %) 2015-2018



Fonte: IMF, 2019

2.2 Desafios políticos e securitários – a problemática dos conflitos, terrorismo, pirataria marítima, e governação

Não se pode dissociar a história recente da África sem fazer-se um nexo a própria existência da UA, pois enquanto organização continental esteve no centro das transformações, quer políticas, quer económicas, como de segurança verificadas no continente. A erradicação dos conflitos, a promoção dos princípios democráticos e de boa governação são entre outros, os principais objectivos da instituição (conferir o artigo 3º do acto constitutivo da UA).

A história da África tem sido manchada por conflitos e constantes focos de tensão intra e inter-estaduais. Muito desses conflitos passaram a ter um pendor étnico e transnacional, tornando-os mais complexos e de díficil resolução. Um exemplo claro desta nova abordagem, é a crise dos Grandes Lagos, envolvendo actores sub-regionais a RDC, Ruanda e Uganda e seus respectivos aliados, ou o da Líbia, com o envolvimento para além do Egipto, mas também de outras potências mundiais como a Turquia e a Rússia.

A perspectiva de pacificação do continente tornou-se mais complicada com a evolução de novos fenómenos e ameaças ligadas ao terrorismo transnacional e a pirataria marítima que têm perturbado a estabilidade continental, particularmente a cadeia de logística. A situação é notório na Somália, Mali, Nigéria, Mo-

çambique (região do Cabo Delgado), onde grupos terroristas como Boko Haram, Al-Qaeda, Tuareges e Estado islâmico têm posto em causa a ordem interna.

Hoje como nunca antes, para além das guerras na Somália, Leste da RDC, RCA, Malí, Níger, Nigéria, Burkina Faso, Líbia e Sudão do Sul, as ameaças transnacionais elevaram os riscos de segurança devido as fragilidades dos Estados, a maioria sem meios, políticas e estratégias efectivas de combate aos fenómenos em referência.

Perante este cenário complexo, reconhece-se haver um esforço dos países africanos através da UA na busca de soluções para estabilização da África. Apesar da insuficiência de recursos materiais e financeiros, a UA está engajada em missões de pacificação, com presença de contingentes de manutenção da paz na Somália, RCA, RDC, e Mali. Contudo, todo este esforço revela ser impotente perante as ameaças e a imprevisibilidade de desfecho.

Quanto a governação política também são visíveis alguns sinais de progresso, especificamente no que diz respeito à realizações períodicas de eleições, embora com denúncias de fraudes. Em diversos pleitos eleitorais realizados nos últimos anos, o desfecho dos mesmos continua estar longe de reunir consensos, é o caso recente do Burundi. Os cíclos de eleições em África nem sempre traduzem a normalidade democrática, ou o funcionamento regular e eficiente das instituições. Trata-se por vezes de simples cumprimento de formalidades para legitimação de poder e branqueamento de imagem internacional.

Apesar disso, é digno de mérito as transições bem sucedidas na Tunísia em 2014; e na Nigéria em Abril de 2015, cujas eleições permitiram a subida e a transição de poder entre civis de diferentes partidos, algo nunca visto desde a independência do país. Outro aspecto a realçar é a normalização e transição política pacífica verificada no Burquina Faso após a retirada do poder do Presidente Blaise Campaoré resultado de um protesto popular.

Todavia, ao lado desta dinâmica positiva, os modelos de governação e liderança em África levantam questões. Neste aspecto houve pouca melhoria. A impunidade, a falta de transparência, e a corrupção continuam a ser o calcanhar de aquíles para as elites governativas. Sem acções e políticas concretas de combate destes males, não se pode esperar o melhor. O mais preocupante nisso é a cumplicidade da UA, que deveria exercer pressão sobre os seus países membros a fim de assegurar *governance accountability*.

As crises do ébola (Serra Leoa, Guiné Conacri e Libéria), e actualmente a da Covid-19 para além de exporem a vulnerabilidade da rede de saúde pública dos Estados, puseram à prova a capacidade e gestão dos governos e de instituições do continente em tempos de crise. A coesão e a solidariedade entre Estados membros da UA foi outro teste, algo evidenciado com a falta de apoio institucional, científico e financeiro à alternativa local sobre o tratamento da Covid-19 apresentada pelo Madagáscar, a questão da *Covid Organic*. Embora carecer de

verificações científicas, a *Covid Organic* seria uma oportunidade da UA para estimular soluções locais através de financiamentos e apoio institucional para prosseguimento de testes científicos para determinar a sua eficácia. Ao contrário disso, verificou-se por parte de alguns Estados pessimismo, com efeitos na credibilidade de soluções internas. Diante disso, é urgente uma mudança na forma de se encarar os problemas de África, partindo para a valorização e incentivo as iniciativas locais para resolução das várias crises que se confronta. Trata-se de uma perspectiva focada na lógica de "*global issues, local answers*", só assim pode-se perspectivar saídas para os desafios do continente.

3. Perspectivas – novos paradigmas sócioeconómicos, de governação e de segurança

3.1 A questão da pobreza e dependência económica

A inversão do curso dos acontecimentos em África que a colocam numa posição menos favorável no sistema internacional, requer alterações nos paradigmas actuais tanto na vertente económica, como na vertente política e de segurança. É um imperativo histórico e moral dos líderes africanos, em particular, e de toda comunidade africana dentro e na diáspora.

A pobreza quase generalizada em África levam a duas possíveis conclusões: primeiro, há incompatibilidade entre as políticas económicas e de desenvolvimento implementadas e a realidade sócio-cultural dos países, com enfase na definição de objectivos e prioridades económicas; segundo, há uma clara disfuncionalidade entre instituições na execução dos objectivos. Aqui é importante realçar que as instituições são na maioria dos casos instrumentos dos poderes instituidos do que órgãos vocacionados para resolução e promoção do interesse público (bem-estar colectivo), tornando-as menos eficientes na execução dos objectivos sociais e na busca de respostas aos problemas que enfermam os países (realização dos fins reais dos Estados).

Há uma necessidade de implementar-se profundas reformas políticas e macroeconómicas. Tratam-se neste caso, a melhoria das políticas fiscais, a eliminação de burocracias e a adopção de medidas sérias de combate à corrupção de forma a propiciar um ambiente de negócios capaz de atrair investimentos externos necessários para geração de empregos. Outrossim, sendo a educação a chave do desenvolvimento, deve haver uma redifinição dos planos curriculares para que atendam as necessidades de desenvolvimento do continente. São importantes investimentos adicionais na educação, investigação científica, e na saúde. Nesta conformidade a mão-de-obra requerida para a materialização deste desígnio deve ser equipada com as competências necessárias (know-how) nas mais variadas dimensões.

A África encontra-se numa posição previlegiada em termos de disponibilidade da mão-de-obra. Com a população estimada em 1,2 biliões de habitantes, preve-se duplicar em 2050, adicionando cerca de 830 milhões de habitantes o que será por um lado, uma oportunidade na medida que dotará o continente de uma maior força de trabalho em relação aos demais continentes como por exemplo a Europa cuja população se encontra em declínio. Por outro lado, o crescimento exponencial da população exigirá novos investimentos em sectores com potencial de criação de mais postos de trabalho a curto, médio e longo prazo face a demanda.

Porque isso acresce custos financeiros aos Estados africanos que se confrontam com a escassez de liquidez, soluções internas que reduzem constantes recursos a empréstimos extra-continentais devem ser identificadas. Por exemplo, a criação de um fundo de crescimento e estabilização sob égide da UA em coordenação com os bancos privados e públicos *(Exim bank)*, reforçado por efectivação de mercados de capitais intra-africano (bolsas de valores), seria uma meio para capitalização dos países africanos. Trata-se de uma estratégia que potencia a África por se estabelecer uma relação entre credores e devedores africanos (há manutenção do capital em África). Para reduzir a exposição de endividamento dos países junto de credores internacionais situados fora do continente, uma das causas de vulnerabilidade, é essencial a criação de uma espécie de "*Plano Marshall africano*".

3.2 Questões políticas e de segurança

No que diz respeito à governação política, o futuro da África passa necessariamente pela implementação de modelos de governação participativas, inclusivas e transparentes. Em outros termos, "governos de inclusão" em função do mosáico étnico - cultural dos países, por se tratarem de projectos de sociedade (Estados) que são produtos da arquitetura colonial e não necessariamente de consensos nacionais.

Para além disso, deve-se aprovar e incluir na ordem jurídica dos Estados, políticas e leis de combate a todos os actos que promovam a exclusão social, a impunidade e desvios de erário público. Nesta conformidade, a criação de uma autoridade independente e coerente para a fiscalização seria adequado para responder aos desafios vigentes de ordem política e jurídica dos Estados. Isso passa também pelo fortalecimento das instituições a fim de assegurar-se a construção e manutenção de sociedades democráticas, de direito e de justiça social. Isto resume-se na protecção dos direitos fundamentais, da ordem júridica e institucional, como também a garantia do desenvolvimento sustentável e a coexistência pacífica baseada no respeito pelas diferenças, alguma das causas na génese e evolução dos conflitos em África.

Conclusão

A África enquanto parte do sistema mundial não está imune dos efeitos das crises globais. O impacto económico da pandemia da Covid-19 sobre as economias, particularmente nos preços das principais *commodities* de exportação ilustram a gravidade da dependência. As crises devem servir de oportunidades para mudança, mas também para tirar lições que contribuam para reversão de um quadro desfavorável. No caso da África deve incidir na alteração dos paradigmas de gestão e aplicação de capitais públicos porquanto provaram ser uma das causas da vulnerabilidade económica dos Estados. Não se pode insistir em fórmulas que acrescem o endividamento dos países sob pena de condicionar à soberania (reduçaõ do poder de barganha negocial junto dos credores e hipoteca dos recursos estratégicos nacionais como garantia dos financiamentos). A continuidade de tais estratégias por parte dos governos comprometem o futuro das gerações vindouras.

Como forma de reduzir os níveis de dependência externa na importação de bens, e poupar divísas, um verdadeiro processo de substituição por aqueles produzidos localmente devem ser implementados de forma gradual (políticas de substituição de importações). Isso pressupõe a alteração dos actuais modelos económicos por aqueles que incentivam a productividade interna através de um amplo processo de industrialização. Este deve focar-se em sectores capazes de gerar riqueza e de converter as economias meramente exportadoras de matérias primas para economias de exportação de produtos industriais com valor agregado, evita-se desta forma os riscos associado ao volátil mercado de *commodities*.

Todo este esforço de diversificação deve constar nos planos de desenvolvimento nacionais para que os resultados sejam mensuráveis e os gestores pela execução responsabilizados. Outrossim, deve haver um alinhamento entre os objectivos económicos e os de educação. Isto é, um *linkage* entre as instituições de ensino e as necessidades nacionais, de modo geral, e dos mercados laborais, de forma particular, para que o produto das academias reflitam as reais necessidades de desenvolvimento. O enfoque do ensino recai fundamentalmente nas áreas técnicas e profissionais como forma de sustentar o processo de industrialização dos Estados. A falta de oportunidades e altos níveis de exclusão social têm sido entre outros factores, a razão na base da fuga de quadros para outras paragens do mundo.

A inversão deste figurino em África deve ser alcançada através de soluções económicas e sociais que deixam de ser exlusivas as elites políticas, mas sim inclusivas, envolvendo diversas forças da sociedade - governos, sociedade civil, empresários, igrejas etc, para que as mesmas sejam consensuais e respondam na verdade aos anseios da população.

A diversificação económica é em todo este processo um imperativo para sobrevivência dos Estados africanos em ambientes economicamente "hostís", como o do contexto pós-Covid 19, quando se assiste sinais de crise do modelo

liberal-institucional devido à ascensão de governos populistas pelo mundo. O enfraquecimento das Organizações Internacionais limitará as possibilidades de assistência de que a África tem beneficiado delas, o que implicará na persistência de crises, caso os governos africanos não revertem o curso dos acontecimentos.

No tange a instabilidade, a posição estratégica de África coloca-a no xadrez político e no jogo de interesses globais, algo inevitável em função da própria estrutura internacional. Porém, os efeitos podem ser minimizados por meio de uma arquitetura de estabilização africana. Apesar de reconhecer-se que por causa da complexidade dos actores envolvidos em diversos conflitos e crises em África requerer esforços multilaterais entre actores locais (governos, sociedades civis e organizações intergovernamentais - União Africana), e actores fora do continente, com destaque a Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo as potências mundiais, a maior responsabilidade para promoção da estabilidade e progresso em África é dos africanos representados pelos governos. Isso pressupõe um compromisso com a paz e a consciencialização de que os interesse do continente sobrepõem-se a quaisquer manobras desestabilizadoras. Neste sentido a União Africana, no quadro do princípio de ingerência (artig.4) e da Política de Defesa Comum deve exercer maior pressão junto dos países membros na materialização da agenda continental (*pacta sunt servanda*), e em casos de violações, o recurso a aplicação de sanções económicas e diplomáticas ou, em último caso, o uso da força para salvaguardar a paz e o bem-estar social, são opções que não devem ser descartadas, como tem sucedido por exemplo dentro da CEDEAO em relação aos países "prevaricadores" da ordem estabelecida.

Finalmente, um novo paradigma de actuação da União Africana é esperada. Este novo *modus operandi* deve cingir-se em acções preventivas (*preventive or preemptive actions*), de modos a combater os focos de tensão e crises na sua fase inicipiente. A crise em Cabo Delgado (Moçambique) deve ter um tratamento adequado, pois a instabilidade naquela região é uma ameaça à estabilidade da África Austral, com contornos transnacionais.

Referências Bibliográficas

AFRICA ECONOMIC OUTLOOK (2015) - "Regional development and spatial inclusion". Issy les Moulineaux: African Economic Outlook Org [online]. Disponível em: https://www.africaneconomicoutlook.org/regional-development-and-spatial-inclusion/

AFDB (2020) – "African economic outlook 2020: developing Africa´s workforce for the future". Abidjan: African Development Bank, 2020.

BARROS, Manuel Agostinho (2017) – "Os contornos sócio-económicos e securitários da petrodependência dos Estados: o caso de Angola". In Revista Lusiada de

Política Internacional e Segurança n.º 15. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
CNN (2020) – "As China faces a backlash in the West, Xi needs Africa more than ever". Atlanta: Cable News Network (CNN), 2020/05/19 (updated 12:05 AM EDT, Wed May 20, 2020) [online]. Disponível em: https://edition.cnn.com/2020/05/19/asia/xi-jinping-africa-coronavirus-hnk-intl/index.html
IMF (2019) – "Regional economic outlook-sub-saharan Africa: navigating uncertainty". Washington, DC: IMF (International Monetary Fund), October 2019.
OECD (2020) – "Covid-19 and Africa: socioeconomic implications and policy response". Paris: OECD, 2020. [online]. Disponível em: https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-and-africa-socio-economic-implications--and-policy-responses-96e1b282/
UN (2019) – "World economic situation and prospects 2019". WESP2019_Book--TOC. New York: United Nations, 2019 [online]. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and--prospects-2019/
UNIDO (2020) – "Covid-19 effects in sub-saharan and what local industry and governments can do". Viena: United Nations Industrial and Development Organization (UNIDO) April 2020. [online]. Disponível em: https://www.unido.org/news/covid-19-effects-sub-saharan-africa-and-what-local-industry-and--governments-can-do
WORLD BANK (2020a) – "Nigeria-releases-new-report-poverty-and-inequality--country". Washington DC: World Bank Group [online]. Disponível em: http://surveys.worldbank.org/blogs/nigeria-releases-new-report-poverty-and-inequality-country
WORLD BANK (2020b) – "Sub-Saharan Africa coronavirus crises calls for policies for greater resience". Washington DC: World Bank Group April 9, 2020 [online]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/for-sub-saharan-africa-coronavirus-crisis-calls-for-policies-for-greater--resilience?cid=afr_tt_wbafrica_fr_ext

Bibliografia

BARROS, Manuel Agostinho (2013) – "O Golfo da Guiné e a segurança energética global: oportunidades e desafios subjacentes à região". In Revista Lusiada de Política Internacional e Segurança n.º 9. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sites Internet

Africa Union (União Africana)
https://au.int/en/

AFDB (Banco Africano de Desenvolvimento)
https://www.afdb.org/en

DW (Deutsche Welle)
https://m.dw.com
https://m.dw.com/en/coronavirus-imf-appeals-for-billions-in-aid-to-africa--during-pandemic/a-53156163
https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2020
https://www.dw.com/en/covid-19-a-threat-to-peace-efforts-in--africa/a-53360584
https://www.dw.com/en/coronavirus-what-the-world-could-learn-from--africa/a-53259048
https://www.dw.com/en/coronavirus-pandemic-driving-tech-solutions-in--sub-saharan-africa/a-53175841

IMF (Fundo Monetário Internacional)
https://www.imf.org/en/
https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2019/10/01/sreo1019

OECD (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico)
http://www.oecd.org/
https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=AEO
https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=132_132745-u5pt1rdb5x&title=COVID-19--in-Africa-Regional-socio-economic-implications-and-policy-priorities

UN (Organização das Nações Unidas)
https://www.un.org/en/

UNIDO (Organização das Nacoes Unidas para Desenvolvimento Industrial)
https://www.unido.org/

World Bank (Grupo Banco Mundial)
http://www.worldbank.org/
https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=ZG
https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZG

Data de envio / Submission date: 17-10-2019
Data de aceitação / Acceptance date: 26-02-2020